



**Kinross Brasil Mineração S.A.**

CNPJ/MF nº 20.346.524/0001-46

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Balancos Patrimoniais			Demonstração do Resultado		
Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.909.734	1.093.942	Fornecedores e contas a pagar	11	477.581	369.234
Contas a receber		14.386	984	Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.810.073	825.832
Estoques	7	782.894	807.287	Outros tributos a recolher		30.744	34.505
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.444	10.579	Salários e encargos sociais		114.321	109.284
Tributos a recuperar	8	124.774	113.722	Provisão para fechamento de mina	13	76.319	90.909
Instrumentos financeiros derivativos	21	11.487	2	Instrumentos financeiros derivativos	21	967	37.398
Outros ativos circulantes	9	75.908	57.428	Obrigações a pagar com partes relacionadas	18.2	1.087.498	900.990
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>2.921.627</b>	<b>2.083.944</b>	Outros passivos circulantes		7.804	7.137
<b>Não circulante</b>				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>3.605.307</b>	<b>2.375.289</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais	12.3	73.095	62.134	Provisão para fechamento de mina	13	876.673	668.514
Estoques	7	349.441	308.983	Instrumentos financeiros derivativos	21	1.546	16.833
Tributos a recuperar	8	143.403	164.803	Provisões para contingências	12	81.050	227.210
Outros ativos não circulantes	9	20.500	27.323	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.1	730.067	1.331.698
Mútuos com partes relacionadas	18	32.794	24.654	Outros passivos não circulantes		35.321	31.433
		<b>619.233</b>	<b>587.897</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.724.657</b>	<b>2.275.688</b>
Imobilizado	10	8.075.989	8.917.092	<b>Patrimônio líquido</b>			
Intangível	10	167.106	200.038	Capital social	16.1	437.756	437.756
		<b>8.243.095</b>	<b>9.117.130</b>	Reservas de capital		80.425	57.851
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>8.862.328</b>	<b>9.705.027</b>	Reserva legal		87.551	87.551
				Reserva de lucros		467.451	115.496
				Ajuste acumulado de conversão	16.3	5.374.243	6.471.735
				Ajuste de avaliação patrimonial		6.565	(32.395)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>6.453.991</b>	<b>7.137.994</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>11.783.955</b>	<b>11.788.971</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>11.783.955</b>	<b>11.788.971</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido**

Nota	Capital social		Reservas de capital		Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial		Outros resultados abrangentes		Lucros acumulados	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>437.756</b>	<b>437.756</b>	<b>45.990</b>	<b>196.858</b>	<b>1.204.231</b>	<b>1.204.231</b>	<b>4.415.962</b>	<b>4.415.962</b>	<b>15.742</b>	<b>15.742</b>	<b>1.079.958</b>	<b>1.079.958</b>
Lucro líquido do exercício											1.079.958	1.079.958
RSU outorgadas no exercício	16.2		11.861									11.861
Ajuste acumulado de conversão	16.3						2.055.773					2.055.773
Instrumentos financeiros a valor justo	16.4								(47.796)			(47.796)
Instrumentos de capital a valor justo	16.4								(341)			(341)
Dividendos declarados	18.2					(2.278.000)						(2.278.000)
Redução por excesso ao limite legal				(109.307)		109.307						
Constituição de reservas						1.079.958				(1.079.958)		
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>437.756</b>	<b>437.756</b>	<b>57.851</b>	<b>87.551</b>	<b>115.496</b>	<b>6.471.735</b>	<b>6.471.735</b>	<b>(32.395)</b>	<b>(32.395)</b>	<b>4.894.516</b>	<b>4.894.516</b>	<b>7.137.994</b>
Lucro líquido do exercício										4.894.516	4.894.516	4.894.516
RSU outorgadas no exercício	16.2		22.574									22.574
Ajuste acumulado de conversão	16.3						(1.097.492)					(1.097.492)
Instrumentos financeiros a valor justo	16.4							38.582				38.582
Instrumentos de capital a valor justo	16.4							378				378
Dividendos declarados	18.2				(4.542.561)							(4.542.561)
Constituição de reservas					4.894.516					(4.894.516)		
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>437.756</b>	<b>437.756</b>	<b>80.425</b>	<b>87.551</b>	<b>467.451</b>	<b>5.374.243</b>	<b>5.374.243</b>	<b>6.565</b>	<b>6.565</b>	<b>6.453.991</b>	<b>6.453.991</b>	<b>6.453.991</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1. Contexto operacional** – A Kinross Brasil Mineração S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sua matriz localizada em Paracatu e com escritório administrativo em Belo Horizonte, ambos em Minas Gerais. As instalações da Companhia compreendem uma mina a céu aberto – denominada Morro do Ouro, duas usinas de beneficiamento, duas áreas para armazenamento de rejeitos localizados em Paracatu – Minas Gerais, além de duas usinas hidrelétricas, sendo uma no município de Caculé e outra no município de Cachoeira Alta, ambas no Estado de Goiás. A Companhia tem por objeto: (a) Realizar o aproveitamento de jazidas minerais através da pesquisa, exploração, extração, beneficiamento, industrialização, transporte, embarque e comércio de bens minerais; (b) Produzir, beneficiar, transportar, industrializar e comercializar toda e qualquer fonte e forma de energia, podendo, ainda, atuar na produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de seus produtos, derivados e subprodutos; (c) Promover e executar, atendidas as formalidades legais, todas e quaisquer atividades relacionadas ou necessárias, direta ou indiretamente, à consecução do seu objeto, inclusive importação ou exportação de quaisquer produtos ou mercadorias, e execução de quaisquer outras atividades que possam ser consideradas como secundárias ou correlatas com o seu objeto; (d) Prestar serviços de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no Exterior; (e) Constituir ou participar, diretamente ou indiretamente, sob qualquer modalidade, de outras sociedades, consórcios ou entidades, majoritariamente ou minoritariamente, cujos objetos sociais sejam vinculados ou acessórios ao seu objeto social. A Companhia é subsidiária integral do grupo Kinross Gold Corporation, sediado em Toronto, Canadá, e com ações listadas nas bolsas de Toronto (TSX) e Nova York (NYSE). A produção de ouro da Companhia é comercializada, substancialmente, no mercado externo, inclusive a prata extraída como subproduto do ouro. Os recursos geológicos prováveis e provados são de cerca de 4,8 milhões de onças de ouro (não auditado). A produção equivalente de ouro para o exercício de 2025 foi de 601.318 onças (não auditado) (2024 – 528.574 onças – não auditado). Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo no montante de R\$663.680 (2024: R\$291.345), decorrente, principalmente, do reconhecimento de dividendos a pagar e de imposto de renda e contribuição social a pagar. A Companhia destaca que, no primeiro trimestre de 2026, foram liquidados os principais saldos do passivo circulante com base na geração de caixa operacional e na gestão do capital de giro. Dessa forma, não há impactos relevantes na liquidez da Companhia, nem na sua capacidade de honrar compromissos de curto prazo.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras** – As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as Normas Contábeis Internacionais – IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras. A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 28 de abril de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

**a. Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores que a Administração acredita serem razoáveis sob as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas de forma prospectiva. **(i) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas: **Provisão para contingências – Nota explicativa 12:** As contingências são analisadas pela Administração da Companhia em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. **Depreciação, exaustão e amortização – Nota explicativa 10:** Há um julgamento significativo envolvido na determinação das vidas úteis e valores residuais para o cálculo da depreciação, exaustão e amortização, e não há garantia de que as vidas úteis e valores residuais reais não diferirão significativamente das suposições atuais. **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Provisão para obsolescência dos estoques – Nota explicativa 7:** mensuração da provisão para perda de estoques com base nos valores líquidos de realização; **Reservas minerais e vida útil das minas – Nota explicativa 10:** As estimativas de reservas provadas e prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. Estas reservas são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas e da depreciação dos ativos que são depreciados com base nas unidades produzidas. Qualquer alteração na estimativa do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a ela vinculada poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras. Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação e das análises de **impairment**. **Provisão para fechamento de mina – Nota explicativa 13:** A Companhia avalia sua provisão para fechamento de mina anualmente ou quando novas informações relevantes se tornam disponíveis. As atividades de mineração e exploração estão sujeitas a diversas leis e regulamentações que regem a proteção do meio ambiente. Em geral, essas leis e regulamentações estão em constante mudança. A contabilização das obrigações de recuperação e remediação requer que a administração faça estimativas dos custos futuros que a Companhia incorrerá para concluir o trabalho de recuperação e remediação necessário para cumprir as leis e regulamentações existentes. Os custos reais incorridos podem diferir dos valores estimados. Além disso, alterações futuras nas leis e regulamentações ambientais podem aumentar a extensão do trabalho de recuperação e remediação exigidos à Companhia. Aumentos nos custos futuros podem impactar significativamente os valores a serem gastos para recuperação, remediação e fechamento de mina. A provisão representa a melhor estimativa da administração do valor presente da obrigação futura. Os gastos futuros reais podem diferir dos valores atualmente fornecidos. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), e a moeda funcional da Companhia é o Dólar Americano. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3. Resumo das políticas contábeis materiais:** **3.1. Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **(i) Transações e saldos:** Transações realizadas em moeda diferente da moeda funcional são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda diferente da moeda funcional são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração

de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda diferente da moeda funcional são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. As demonstrações financeiras foram convertidas para R\$, como moeda de apresentação, através dos seguintes procedimentos: Os saldos das contas de ativo e passivo para cada item do balanço patrimonial foram convertidos utilizando a taxa cambial de fechamento disponíveis no final de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2025 US\$ 1,00 equivale a R\$5,5024 (31 de dezembro de 2024 – R\$6,1923); O patrimônio líquido inicial de cada balanço corresponde ao patrimônio líquido final do exercício anterior conforme convertido à época; as mutações do patrimônio durante o período corrente foram convertidas pela taxa de suas respectivas datas; As receitas, custos e despesas foram convertidas utilizando as taxas cambiais em vigor nas datas das transações ou pela taxa média mensal do dólar; As variações cambiais resultantes dos itens descritos acima foram reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, denominada Ajuste acumulado de conversão; Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **(ii) Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui custos, despesas e receitas, bem como os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos e os passivos. Do resultado, são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda. **(iii) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **(iv) Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transporte e armazenagem. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. Perdas estimadas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídos quando consideradas necessárias. **(v) Ativo imobilizado e intangível:** Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos, demais imobilizados e intangíveis estão demonstrados ao valor de custo de aquisição, formação ou construção deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificados, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação/amortização desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Havendo partes de um ativo do imobilizado com vidas úteis diferentes, tais partes são contabilizadas separadamente como itens do imobilizado. A depreciação dos ativos é calculada pelo método de unidades produzidas para os ativos relacionados à barragem de rejeitos, tanques específicos, gastos para recuperação ambiental e desmobilização, determinadas máquinas e edificações diretamente relacionadas ao processo produtivo e projetos. Para os demais ativos, é calculada pelo método linear, levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. No caso dos ativos fixos das Usinas Hidrelétricas o método de depreciação aplicado é o linear, sendo limitado ao prazo de concessão. As vidas úteis estimadas dos itens ativo imobilizado e intangível do exercício corrente e comparativo que são depreciados/amortizados pelo método linear são:

Ativos das usinas hidrelétricas, que inclui o direito de uso de recursos hídricos	5 – 25 anos
Máquinas, equipamentos, móveis, utensílios, veículos e sobressalentes	8 – 12 anos
Software, computadores e periféricos	4 – 6 anos
Exploração	2,5 – 6 anos

Um item do imobilizado e intangível é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo. Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação do valor de venda deduzido do valor residual e são reconhecidos em "outras receitas/outras despesas operacionais". A Companhia possui peças de reposição que serão utilizadas na substituição de peças e partes do ativo imobilizado, os quais aumentarão a vida útil do bem e cuja vida útil é maior que 12 meses. Estas peças estão classificadas no imobilizado ao invés de estoques. **(vi) Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização e de depreciação, tais como ativos imobilizados, são revisados para a verificação de **impairment** sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por **impairment** é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do **impairment**, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa de entrada identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs). **(vii) Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente Ativos Financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia o mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: a) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e b) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: a) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e b) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento

continua ...

Este documento foi assinado digitalmente por Ediminas S A Editora Grafica Industrial De Minas. Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 2647-42B0-9F8C-92AE.

Este documento foi assinado digitalmente por Ediminas S A Editora Grafica Industrial De Minas. Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código 2647-42B0-9F8C-92AE.





... continuação

**Kinross Brasil Mineração S.A.**

	2025	2024
<b>11. Fornecedores e contas a pagar</b>		
Fornecedores	202.441	161.651
Mercado Interno	19.049	3.651
Mercado externo	<b>221.490</b>	<b>165.302</b>
Provisões a pagar para		
Aquisições de ativos fixos	68.315	41.305
Aquisições de estoques	45.807	43.689
Gastos operacionais	141.969	118.938
<b>Total</b>	<b>256.091</b>	<b>203.932</b>
<b>12. Provisões para contingências</b>	<b>477.581</b>	<b>369.234</b>
Contingências cíveis	1.631	8.008
Contingências trabalhistas	11.089	12.154
Contingências tributárias	68.330	207.048
<b>Total</b>	<b>81.050</b>	<b>227.210</b>

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos. Segue a movimentação para as provisões para contingências prováveis da Companhia:

	2023	Adições	Reversões	Transfe- rências	Paga- mentos	2024
Contingências cíveis	3.740	38.839	(32.659)	—	(1.912)	8.008
Contingências trabalhistas	11.256	1.461	(500)	—	(63)	12.154
Contingências tributárias	195.801	11.247	—	—	(207.048)	68.330
<b>Total</b>	<b>210.797</b>	<b>51.547</b>	<b>(33.159)</b>	<b>—</b>	<b>(1.975)</b>	<b>227.210</b>

	2024	Adições	Reversões	Transfe- rências	Paga- mentos	2025
Contingências cíveis	8.008	2.541	(2.045)	—	(6.873)	1.631
Contingências trabalhistas	12.154	1.490	(738)	—	(1.817)	11.089
Contingências tributárias	207.048	408.219	(355.509)	(i) (191.428)	(ii) —	68.330
<b>Total</b>	<b>227.210</b>	<b>412.250</b>	<b>(358.292)</b>	<b>(191.428)</b>	<b>(8.690)</b>	<b>81.050</b>

(i) Desconto decorrente de Transação Tributária – Edital PGFN nº 25/2024: No exercício de 2025, a Companhia reconheceu desconto decorrente da adesão à Transação Tributária prevista no Edital PGFN nº 25/2024, que concedeu redução de 65% sobre o valor total do débito, incluindo principal, multas e juros. Em decorrência da formalização da transação, foi reconhecida a reversão da provisão para contingências tributárias, mediante débito na provisão e crédito no resultado, na rubrica "Desconto de Transação Tributária". (ii) Débito remanescente após Transação Tributária – Edital PGFN nº 25/2024: Refere-se ao valor do débito efetivamente devido e liquidado após a adesão da Companhia à Transação Tributária prevista no Edital PGFN nº 25/2024, modalidade 3.1.1, aplicável aos débitos relacionados à discussão do ágio (goodwill). No exercício de 2025, o montante de R\$ 191.428 foi transferido da provisão para contingências tributárias para a rubrica de Imposto de Renda a recolher, no passivo circulante, em função da consolidação da obrigação após a adesão ao programa. **12.1. Provisões constituídas:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais em curso, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as obrigações legais e as perdas prováveis estimadas. As principais contingências, que se encontram em curso e foram provisionadas para fazer face ao valor estimado de perda são como seguem: (i) **Cíveis:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui provisão relativa a passivos cíveis no montante de R\$1.631 (2024 – R\$8.008), sendo certo que o valor está pulverizado em várias ações com objetos distintos. (ii) **Trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui provisão relativa a passivos trabalhistas no montante de R\$11.089 (2024 – R\$12.154), sendo certo que o valor está pulverizado em várias ações com objetos distintos. (iii) **Tributárias:** A Companhia tinha uma discussão referente à dedução da amortização do ágio (FY2005-2008). Em junho de 2025, a Companhia aderiu à Transação tributária – Edital nº 25/2024, modalidade 3.1.1, destinada à liquidação dos débitos decorrentes da discussão relacionada ao ágio (goodwill). A adesão foi devidamente homologada pela Receita Federal do Brasil, resultando no encerramento do respectivo processo administrativo. Adicionalmente a Companhia reconhece outros provisos oriundas de transações provenientes de anos anteriores. Com base em informações de seus consultores legais o montante total atualizado das provisões tributárias é de R\$ 68.330 em 31 de dezembro de 2025 (2024 – R\$ 207.048). **12.2. Outros processos relevantes em andamento:** A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, não constituiu provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas como possíveis. O montante total atualizado das contingências tributárias classificadas como possíveis é de R\$581.713 em 31 de dezembro de 2025 (2024 – R\$729.072). Dentre as principais ações classificadas como possíveis destacam-se Ações Tributárias – Drawback Estadual e Federal: A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil referente a atos concessórios dos anos de 2004 a 2008 e 2011 com relação à suposta incidência de Imposto de Importação, IPI, PIS e COFINS em operação de Drawback. Em 31 de dezembro de 2025, o valor envolvido corresponde a R\$39.811 (2024 – R\$38.357). Para as demais contingências classificadas como possíveis o montante é de R\$221.325 (2024 – R\$298.822). **12.3. Depósitos judiciais:** A Companhia mantém registrado o montante de R\$73.095 (2024 – R\$62.134), a título de depósitos judiciais, relacionados aos processos judiciais em curso, baseados na avaliação de seus assessores jurídicos e sua composição encontra-se detalhada abaixo:

	2025	2024
Depósitos judiciais tributários	5.180	4.875
Depósitos judiciais trabalhistas	2.151	2.414
Depósitos judiciais ambientais	62.672	50.550
Outros depósitos judiciais	3.092	4.295
<b>Total</b>	<b>73.095</b>	<b>62.134</b>

**13. Provisão para fechamento de mina**

	2025	2024
<b>Movimentação – ARO</b>		
Em 01 de janeiro de	<b>759.423</b>	<b>568.179</b>
Atualização monetária	46.082	38.525
Pagamentos	(56.087)	(35.290)
Reavaliação da provisão	288.920	28.462
Varição Cambial	(85.346)	159.547
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>952.992</b>	<b>759.423</b>
Circulante	76.319	90.909
Não circulante	876.673	668.514

A Companhia conduz suas operações de forma a proteger a saúde pública e o meio ambiente e a cumprir todas as leis e regulamentos aplicáveis que regem a proteção do meio ambiente. As obrigações de recuperação e remediação surgem ao longo da vida da mina. A Companhia estima os custos futuros de recuperação com base no nível de atividade de mineração atual e nas estimativas de custos necessários para cumprir as obrigações futuras. A maioria dos gastos é esperada para ocorrer entre 2026 e 2055. A taxa de desconto usada na estimativa da obrigação de custo de restauração foi 5,81% para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2025 (ano encerrado em 31 de dezembro de 2024 – 6,75%), e as taxas de inflação usadas foram entre 2,9% e 4,0% para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2025 (ano encerrado em 31 de dezembro de 2024 – 2,8% e 3,6%). Em 30 de dezembro de 2025, o Estado de Minas Gerais publicou o Decreto nº 48.747, que regulamenta a exigência de constituição de caução ambiental para garantir a desativação de barragens e a recuperação socioambiental em caso de eventuais acidentes decorrentes dos barramentos. A caução deve ser mantida ao longo de toda a vida útil da barragem, desde sua instalação até a conclusão da descaracterização e recuperação ambiental. Em setembro de 2024, a Companhia protocolou as propostas de caução ambiental no valor total de R\$986.630, sujeito a correção monetária. Posteriormente, em 31 de dezembro de 2024, foi publicado o Decreto nº 48.977, que alterou o Decreto nº 48.747 e estabeleceu um novo cronograma para implementação. De acordo com essa alteração, o prazo para constituição da garantia passou a ser contado a partir da aprovação da proposta pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), o que ainda não ocorreu. A Companhia efetuou, conforme previsto no cronograma inicial do Decreto, o protocolo e implementação de 50% da garantia para suas estruturas antes da alteração, composta por Seguro-Garantia para as barragens Santo Antônio, Tanque Específico XII, Tanque Específico XI, Tanque Específico X, Tanque Específico IX-B, e Fiança para a Barragem Eustáquio, no valor total de R\$500.197, sujeito a correção monetária pelo IPCA, conforme exigido no Decreto. A Companhia continuará acompanhando a tramitação de sua proposta junto à FEAM e monitorando o prazo para implementação do valor remanescente da garantia. **14. Imposto de renda e contribuição social – 14.1. Saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos**

	Ativo (Passivo)	2025	2024
<b>Diferenças temporárias oriundas das diferenças entre base contábil e fiscal</b>			
Ativo imobilizado	(1.203.878)	(1.652.616)	
Obrigações para retirada de ativos – ARO	309.656	141.426	
Estoques	(18.625)	(61.350)	
Capitalização de hedge e variação cambial	(29.699)	(31.351)	
Perdas diferidas de variação cambial	85.257	114.916	
Provisões	126.559	137.018	
Hedge de fluxo de caixa	(2.848)	16.598	
Varição no valor justo de instrumentos de capital	(195)	176	
IFRS 16	3.706	3.485	
<b>Impostos diferidos ativos (passivos), líquidos</b>	<b>(730.067)</b>	<b>(1.331.698)</b>	
<b>Total do IR e CSLL diferido ativo</b>	<b>525.178</b>	<b>413.620</b>	
<b>Total do IR e CSLL diferido passivo</b>	<b>(1.255.244)</b>	<b>(1.745.318)</b>	

O reconhecimento inicial e as posteriores análises da realização do imposto de renda diferido ocorrem quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização total, ou parcial se for constituído o crédito integral. Abaixo, a movimentação dos impostos diferidos:

	Resultado	Resultado abrangente	Total
<b>Saldo em 31.12.2023</b>	<b>(737.001)</b>	<b>(7.961)</b>	<b>(744.962)</b>
Ativo imobilizado	(574.928)	—	(574.928)
Obrigações para retirada de ativos – ARO	(51.755)	—	(51.755)
Estoques	(59.638)	—	(59.638)
Capitalização de hedge e variação cambial	1.623	—	1.623
Perdas diferidas de variação cambial	51.288	—	51.288

	Resultado	Resultado abrangente	Total
Provisões	21.173	—	21.173
Hedge de fluxo de caixa	—	24.622	24.622
Varição no valor justo de instrumentos de capital – IFRS 16	176	176	352
<b>Saldo em 31.12.2024</b>	<b>(1.348.535)</b>	<b>16.837</b>	<b>(1.331.698)</b>
Ativo imobilizado	448.739	—	448.739
Obrigações para retirada de ativos – ARO	168.229	—	168.229
Estoques	42.725	—	42.725
Capitalização de hedge e variação cambial	1.652	—	1.652
Perdas diferidas de variação cambial	(29.659)	—	(29.659)
Provisões	(10.205)	—	(10.205)
Hedge de fluxo de caixa	—	(19.876)	(19.876)
Varição no valor justo de instrumentos de capital – IFRS 16	221	(195)	26
<b>Saldo em 31.12.2025</b>	<b>(726.833)</b>	<b>(3.234)</b>	<b>(730.067)</b>

**14.2. Imposto de renda e contribuição social no resultado:** A reconciliação da alíquota efetiva em 2025 e de 2024 é como segue:

	2025	2024
<b>Lucro antes do Imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>6.549.561</b>	<b>2.776.944</b>
Alíquota Nominal	34%	34%
<b>Cálculo do IRPJ e CSLL</b>	<b>(2.226.851)</b>	<b>(944.161)</b>

	2025	2024
<b>Ajustes no resultado por adições (exclusões)</b>		
Ajustes de anos anteriores	(6.467)	1.862
Doações e contribuições não dedutíveis	(1.025)	(3.291)
Custos e despesas não dedutíveis	(4)	(4)
Multa e principal IRPJ goodwill	(73.168)	—
Efeito de conversão sobre Ativo Imobilizado	448.739	(574.928)
Efeito de conversão sobre ARO	158.552	(63.495)
Efeito de conversão de estoques	108.754	(68.938)
Efeito de conversão do resultado	(139.583)	(69.187)
Diferença de taxa de depreciação (Contábil/Fiscal)	7.874	23.148
Stock Option (Opção de Ações)	(7.675)	(4.033)
Outras exclusões Permanentes	375	3.431
Desconto transação tributária relacionado ao processo goodwill	120.873	—
Outras diferenças temporárias relacionado ao goodwill	(49.251)	—
Deduções diversas (PAT, Adicional 10%)	3.812	2.610
<b>Imposto de renda e contribuição social após as deduções</b>	<b>(1.655.045)</b>	<b>(1.696.986)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.276.746)	(1.085.452)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	621.701	(611.534)
<b>Total da despesa com imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(1.655.045)</b>	<b>(1.696.986)</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>-25,27%</b>	<b>-61,11%</b>

**15. Compromissos** – Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tinha contratos para o fornecimento de matéria-prima, serviços e compras de imobilizado no valor de R\$4.768.839 (31 de dezembro de 2024 R\$5.014.809), dos quais R\$873.017 refere-se a compromissos para compras de imobilizado (31 de dezembro de 2024 R\$812.261). **16. Patrimônio líquido – 16.1. Capital social:** O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$437.756 e R\$437.756, respectivamente, representado por 376.708 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária é atribuído um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **16.2. Reservas de capital:** As reservas de capital são compostas por Restricted Share Units ("RSU") conforme descrito na nota explicativa nº 18.

	2025	2024
<b>16.3. Ajuste acumulado de conversão</b>	<b>6.471.735</b>	<b>4.415.962</b>
<b>Em 01 de janeiro</b>		
Ajustes de conversão sobre:		
Despesa antecipada	(2.614)	3.032
Estoques	(126.439)	176.709
Imobilizado	(1.352.309)	1.624.696
Intangível	(24.996)	41.876
Outros	(1.672)	5.968
Resultado	410.538	203.492
<b>Em 31 de dezembro Final</b>	<b>5.374.243</b>	<b>6.471.735</b>

**16.4. Ajuste de avaliação patrimonial:** Compreende os saldos a valor justo das operações de hedge não realizadas, na medida em que o hedge é considerado efetivo, liquidas de imposto de renda diferido. Compreende também os saldos a valor justo das ações disponíveis para venda, liquidas de imposto de renda diferido. O montante reconhecido a título de ajuste de avaliação patrimonial foi positivo em R\$38.960 em 31 de dezembro de 2025 (em 2024 o montante reconhecido a título de ajuste de avaliação patrimonial foi negativo em R\$48.137). **16.5. Dividendos:** A Companhia tem previsto em seu estatuto social a distribuição aos seus acionistas de 25% do resultado do exercício como dividendos mínimos obrigatórios. A destinação do saldo remanescente é conforme determinado em Assembleia Geral. Destinações a título de dividendos:

	2025	2024
Dividendos e JCP a pagar 31/12/2003	144.627	228.000
Dividendos declarados ref. a 2024	2.278.000	—
Pagos em 2024	(1.522.627)	—
Dividendos a pagar 31/12/2024	18.2	900.000
Dividendos declarados ref. a 2025	4.542.561	—
Pagos em 2025	(4.357.000)	—
Dividendos a pagar 31/12/2025	18.2	1.085.561

Os proventos foram deliberados em reais (BRL), enquanto a moeda funcional da Companhia é o dólar americano (USD). De acordo com o ICPC 08 (R1), os valores foram convertidos para a moeda funcional na data da deliberação e, até a efetiva liquidação, estiveram sujeitos à variação cambial, com os respectivos efeitos reconhecidos no resultado do exercício. Os dividendos relativos ao lucro de 2025 foram parcialmente distribuídos e pagos durante o exercício, com base em balanço intermediário, e parcialmente declarados e pagos no primeiro trimestre de 2026, antes da autorização para emissão das demonstrações financeiras de 2025. Estes últimos foram reconhecidos no passivo de 31 de dezembro de 2025, conforme os itens 137 e 138 do CPC 26 (R1). As distribuições realizadas atendem integralmente ao dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social da Companhia. **17. Pagamento baseado em ações** – A matriz da Companhia no Canadá (Controladora) concede aos administradores no Brasil os planos para pagamentos baseados em ações denominados Restricted Share Units ("RSU"). Estes planos são exercíveis ao longo de 3 anos após a data de concessão, sendo 1/3 exercível a cada ano. Os valores justos das "RSU" são mensurados com base no preço da ação na data da concessão. Não há opções em aberto em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e nenhuma opção foi concedida durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A movimentação dos planos é

**Classificação contábil e valores justos:** A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Nota	Valor contábil			Valor justo				
		Valor justo por meio de resultado	VJORA	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>31 de dezembro de 2025</b>									
<b>Ativos</b>									
Caixa e equivalentes de caixa	6	—	—	1.909.734	1.909.734	—	—	—	—
Contas a receber de clientes	—	—	—	14.386	14.386	—	—	—	—
Outras contas a receber	9	—	—	96.408	96.408	—	—	—	—
Mútuos com partes relacionadas	18	—	—	32.794	32.794	—	—	—	—
Instrumentos financeiros derivativos		3.131	8.356	—	11.487	—	11.487	—	11.487
		<b>3.131</b>	<b>8.356</b>	<b>2.053.322</b>	<b>2.064.809</b>	—	<b>11.487</b>	—	<b>11.487</b>
<b>31 de dezembro de 2025</b>									
<b>Passivos</b>									
Fornecedores	11	—	—	477.581	477.581	—	—	—	—
Obrigações com partes relacionadas	18	—	—	1.087.498	1.087.498	—	—	—	—
Instrumentos financeiros derivativos		685	1.828	—	2.513	—	2.513	—	2.513
Outros passivos		—	—	43.125	43.125	—	—	—	—
		<b>685</b>	<b>1.828</b>	<b>1.608.204</b>	<b>1.610.717</b>	—	<b>2.513</b>	—	<b>2.513</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>									
<b>31 de dezembro de 2024</b>									
<b>Ativos</b>									
Caixa e equivalentes de caixa	6	—	—	1.093.942	1.093.942	—	—	—	—
Contas a receber de clientes	—	—	—	984	984	—	—	—	—
Outras contas a receber	9	345	—	68.934	69.279	345</			



... continuação

**Kinross Brasil Mineração S.A.**

operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, principalmente o risco de oscilações de moedas diferentes da sua moeda funcional. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são classificados como *hedges* de fluxo de caixa. As técnicas de avaliação usadas para medir o valor justo dos contratos derivativos é: Os contratos derivativos da Companhia são avaliados usando modelos de precificação e a Companhia geralmente utiliza modelos semelhantes para avaliar instrumentos semelhantes. Esses modelos de precificação requerem uma variedade de inputs, incluindo fluxos de caixa contratuais, preços de mercado cotados, curvas de rendimento aplicáveis e spreads de crédito. O valor justo dos contratos derivativos é baseado em preços de mercado cotados para contratos comparáveis e representa o valor que a Companhia teria recebido de, ou pago a uma contraparte para desfazer o contrato nas taxas de mercado cotadas em vigor na data do balanço consolidado e, portanto, os contratos derivativos são classificados dentro do Nível 2 da hierarquia de valor justo. Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2025, não houve

transferências entre medições de valor justo de Nível 1 e Nível 2, assim como, também não houve transferências de valor justo de Nível 3. A tabela a seguir resume informações sobre os contratos derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Ativo (Passivo)			
	2025		2024	
	Valor Justo	ORA	Valor Justo	ORA
<b>Ativo circulante</b>				
Contratos futuros de câmbio (i)	11.487	8.356	2	1
<b>Passivo circulante</b>				
Contratos futuros de câmbio	(967)	(703)	(37.398)	(22.105)
<b>Passivo não circulante</b>				
Contratos futuros de câmbio	(1.546)	(1.125)	(16.833)	(9.950)
	<b>8.974</b>	<b>6.528</b>	<b>(54.229)</b>	<b>(32.054)</b>

(i) Contratos a termo e "Collar contract" de moeda estrangeira. A tabela a seguir fornece um resumo dos contratos em aberto em 31 de dezembro de 2025 e suas respectivas maturidades:

Moeda estrangeira	2026	2027
Real brasileiro ("Collar" sem custo) (em milhões de dólares americanos)	\$ 174	44,4
Preço médio de exercício de venda (real brasileiro)	5,34	5,60
Preço médio de exercício de compra (real brasileiro)	7,29	6,97

**Rodrigo Barsante Gomides** – Presidente Brasil  
**Gustavo de Andrade Geovanini** – Contador CRC-MG 75.540/O-2

distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Aos Diretores e Administradores da

**Kinross Brasil Mineração S.A.** | Belo Horizonte-MG

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Kinross Brasil Mineração S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Kinross Brasil Mineração S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela

elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de

Belo Horizonte, 28 de abril de 2026.  
**KPMG** KPMG Auditores Independentes Ltda. Poliana Silveira Rodrigues  
CRC-SP 014.428/O-6 F-MG Contadora CRC-MG 089.473/O-0

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/2647-42B0-9F8C-92AE> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2647-42B0-9F8C-92AE



### Hash do Documento

7j4+CTQjNLUQpI51vUvw5kRXbgu4A1wqreiiOGd0j80=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/04/2026 é(são) :

- Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 19.207.588/0001-87 em 29/04/2026 22:14  
UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

### Evidências

**Geolocation:** Latitude: -19.9200454 Longitude: -43.9603564 Accuracy: 3695.0190666299204

**IP:** 172.16.4.18

**AC:** AC SAFEWEB RFB v5

